

Vandalizada uma importante estação arqueológica no concelho de Beja

Património
Carlos Dias

Falta de verba e de segurança pode obrigar a selar em definitivo os vestígios já descobertos no sítio do Outeiro do Circo

Os responsáveis científicos do projecto do Outeiro do Circo, no concelho de Beja, depararam-se com vários estragos na zona escavada quando ali se deslocaram em meados de Novembro. Miguel Serra, um dos arqueólogos que coordena há vários anos os trabalhos de pesquisa naquele local, disse ao PÚBLICO que, nessa altura, a equipa constatou a remoção parcial de uma manga de plástico destinada a proteger a área escavada, a qual ficou exposta às intempéries.

A intrusão contribuiu para o derrube de um troço de muralha com cerca de quatro metros de comprimento, que delimita um povoamento fortificado do período entre o II e I milénio antes de Cristo. Além destes danos, a retirada da manga deixou a descoberto uma grande quantidade de pedras e “materiais arqueológicos cerâmicos”.

As infiltrações de água causadas pela remoção da tela provocaram uma linha de fractura no solo, com cerca de dois metros, que “põe em risco a aproximação de pessoas, podendo provocar novo derrube” adverte Miguel Serra. O arqueólogo admite que a vandalização ocorrida no Outeiro do Circo não deverá estar associada ao uso de detectores de metais, como aconteceu num pas-



Intrusão ajudou ao derrube de um troço de muralha

sado recente na região. “Terão sido meros curiosos que quiseram ver o local das escavações”, observa.

Na sequência deste incidente, os investigadores pediram o apoio da Câmara de Beja, entidade com quem mantém um protocolo de colaboração, para que procedesse à limpeza e protecção da zona afectada.

No dia 9 deste mês a autarquia disponibilizou meios para remover as terras aluídas e reposicionar a manga de protecção. Por razões de segurança foram colocadas estacas em redor da escavação, aguardando-se ainda a sua vedação efectiva.

O incidente veio chamar a atenção para os riscos a que está sujeita a estação arqueológica de Outeiro do Circo desde que o projecto foi suspenso no final de 2011. Miguel Góis, vereador com o pelouro da Cultura na Câmara de Beja, alegou então que a retoma dos trabalhos teria custos “altamente dispendiosos”, que a autarquia não tinha condições para suportar. Miguel Serra diz que a suspensão do projecto “coloca problemas na área escavada” e frisa que ela foi apenas alvo de uma selagem provisória, na expectativa do reatamento dos trabalhos.

Por sua vez, o presidente do município, Jorge Pulido Valente, pediu aos arqueólogos que aguardassem até ao final do mês passado, após a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do município para 2013, para se poder confirmar ou não a disponibilidade de verbas que permitissem a retoma dos trabalhos durante este ano.

Como até ao momento não houve qualquer resposta da autarquia, Miguel Serra conclui que a escavação continuará suspensa. Nestas condições, observa, “terão de se encontrar soluções para uma selagem definitiva” que evite danos nos vestígios e que garanta uma maior segurança do local. Ao mesmo tempo apela aos que ali se deslocarem para “não colocarem em perigo os vestígios arqueológicos escavados”.

O Outeiro do Circo começou a ser investigado nos anos 70 do século passado e destaca-se pela sua dimensão invulgar no alto de uma colina, destacando-se como a “sentinela da planície”. Tinha 17 hectares (o perímetro urbano da Beja medieval era de 25), quando, nota Miguel Serra, esse tipo de sítios fica-se normalmente pelos quatro ou cinco hectares. Na sua opinião, este é um dos sítios “mais extraordinários” que conhece no Sudoeste da Península Ibérica.



O edifício onde funciona a sede da CCDR fica a pertencer à Comunidade Intermunicipal do Algarve

Assembleia Distrital de Faro oferece às câmaras a sede da CCDR/Algarve

Antecipação
Idálio Revez

Autarcas algarvios anteciparam-se à decisão do Governo sobre a alienação do património da Assembleia Distrital

A Assembleia Distrital de Faro (ADF) vai transferir, a título gratuito, a propriedade do edifício onde está instalada a sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR/Algarve) para a Comunidade Intermunicipal do Algarve - Amal.

A decisão, aprovada por unanimidade na reunião da Assembleia Distrital de segunda-feira, constitui uma antecipação em relação às medidas que o Governo está a preparar para dar destino ao património das assembleias distritais, entidades que se encontram praticamente sem actividade e escassas competências há quase duas décadas.

A lei do Orçamento do Estado, publicada a 31 de Dezembro, estipula que as assembleias ficam obrigadas a entregar ao Governo, até ao final do 1.º trimestre de 2013, o inventário do respectivo património imobiliário. O destino a dar-lhe, diz a lei do Orçamento do Estado, será “regulamentado por decreto-lei, a aprovar no prazo máximo de três meses”,

após a entrega dos inventários.

Do rol dos bens pertencentes à ADF, além do histórico imóvel onde funciona a CCDR, faz também parte um prédio onde esteve instalado o Gabinete Apoio Técnico (GAT) aos municípios, situado junto ao Largo de São Francisco, e que presentemente apenas serve de depósito e arquivo de documentos relacionamentos com as candidaturas a fundos comunitários. O presidente da Amal, Macário Correia, alega que não “existe novidade” neste processo de alienação de patri-

Quase extintas

As assembleias distritais são entidades supramunicipais com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, previstas na Constituição e com origem no Estado Novo. As suas competências foram desaparecendo ao longo do tempo e nelas têm assento os presidentes das câmaras e assembleias municipais de cada distrito, além de um presidente de junta por concelho. Actualmente só mantém alguma actividade cinco delas, mas a sua extinção só poderá ocorrer com uma revisão constitucional.

mónio da ADF, sublinhando que ele já se iniciara em 2001 e 2006, altura em que o Convento do Carmo, em Tavira, onde funcionou o GAT local, passou para o município. Além disso foi vendida em hasta pública, a um particular, uma casa de habitação, situada no mesmo quarteirão do edifício da CCDR.

Do ponto vista constitucional, garante José Estevens, presidente da Assembleia Distrital e jurista, este organismo representativo das câmaras, assembleias municipais e juntas de freguesia é uma autarquia com autonomia administrativa e financeira. “Por conseguinte não vejo que a lei do Orçamento do Estado paralise as assembleias distritais, ou as impossibilite de efectuarem negócios acerca do seu património”.

Neste caso, a cedência dos imóveis da Assembleia Distrital de Faro não implicou qualquer pagamento. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, pela ocupação das instalações, vai pagar uma renda de “valor simbólico”. No que diz respeito ao edifício do GAT, acrescentou José Estevens, que é também presidente da Câmara de Castro Marim, “será a Amal a decidir, no futuro, que destino lhe vai dar”. Macário Correia, por seu lado, acrescenta que o Museu Regional do Algarve - que estava sob a tutela da ADF - já há alguns anos passou a ser gerido pela Câmara de Faro.